

CONCLUSÕES

O crescimento populacional no Acre tem sido superior ao do país: 3,01% ao ano, entre 1980 e 1991, e 3,02% ao ano, entre 1991 e 1996. Destaca-se particularmente o crescimento da população urbana, que aumentou 6,29% ao ano, entre 1980 e 1991, e 4,12% ao ano, entre 1991 e 1996; já a população rural teve crescimento negativo: -0,55 ao ano entre 1980 e 1991 e apenas um pequeno crescimento de 1,14% ao ano entre 1991 e 1996. O grau de urbanização do Acre, que em 1970 era inferior a 30%, atingiu 65% em 1996. No entanto, apenas sete municípios possuíam grau de urbanização superior a 50%.

A maioria dos municípios do Estado pode ser considerada de pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes; do total de 22 municípios do Acre, dez dos quais foram implantados em 1993, em 1966 apenas 5 tinham mais de 20 mil habitantes e concentravam 73,36% da população total do Estado. Rio Branco, a capital, tinha 228.857 habitantes, que correspondiam a 59% da população total do Estado, e era o único município com mais de 100 mil habitantes; logo abaixo vinham o município de Cruzeiro do Sul (56.075 habitantes) e os municípios de Tarauacá, Sena Madureira e Feijó, cujas populações, em 1996, oscilavam entre 22 mil e 24 mil habitantes.

Essa concentração da população do Estado em poucos municípios contraindica a instalação de uma grande rede de centros fixos de educação profissionalizante; deve-se considerar prioritariamente a instalação de centros regionais de educação profissionalizante nos municípios com população superior a 50 mil habitantes, ou seja, apenas na capital, Rio Branco, e em Cruzeiro do Sul, atendendo-se às necessidades das demais cidades a partir de equipes móveis que contariam com o apoio da infra-estrutura local oferecida pela comunidade, como aliás já atua o Serviço Nacional de Formação Profissionalizante Rural, o Senar.

Ao se planejar a oferta de educação profissionalizante no Estado do Acre, devem ser consideradas ainda as particularidades de outras características socioeconômicas do Estado.

Sua economia, embora preveja o desenvolvimento sustentado a partir do planejamento do extrativismo, da agroindústria e da agropecuária, tendo em vista a preservação da biodiversidade da região, foi historicamente baseada no extrativismo vegetal, sobretudo de madeira, borracha e castanha.

Essa situação hoje é bastante distinta: os dados da composição do valor bruto da produção agropecuária e extrativista apontam uma queda expressiva da participação relativa do extrativismo, que caiu de 31% para 6% do valor total entre 1975 e 1995; em contrapartida, foi registrado um aumento significativo da produção agropecuária, que é atualmente a atividade com maior valor relativo. Essa recente configuração do setor primário no Estado do Acre parece apontar para a viabilidade de uma nova agropecuária de maior valor agregado e que tenha menos impacto ambiental do que a tradicional, respeitando-se, assim, as tradições de exploração extrativista do Estado, que são conhecidas pelo baixo impacto ambiental que provocam.

Para alcançar esse novo patamar de desenvolvimento, a atividade agropecuária deverá superar, contudo, alguns obstáculos iniciais, dentre os quais se destacam seu reduzido padrão tecnológico e sua baixa produtividade; cabe destacar que as instituições de educação profissionalizante podem vir a desempenhar um importante papel para que tais empecilhos na implementação de novos padrões para a agropecuária do Acre sejam superados.

Segundo o Censo Agropecuário de 1995-96, a produção extrativista mais importante é a ligada a borracha, castanha, madeira, carvão e lenha; na produção agrícola destacam-se o arroz, o feijão, a mandioca, o milho e a banana. Na pecuária, sobressai-se a pecuária bovina, principalmente a de corte. Em 1998, a participação do setor agropecuário no Estado, que inclui o extrativismo, resumia-se a apenas 9,6% do PIB do Acre.

A economia do Estado do Acre, a partir da análise da estrutura de seu PIB, com dados relativos ao ano de 1998, pode ser considerada predominantemente de serviços; nada menos do que 75,7% do PIB do Estado é gerado a partir de seus vários segmentos.

A atividade industrial é bem menos expressiva, respondendo por 16,3% do PIB do Estado: ela pode ser caracterizada como nova, composta majoritariamente por empresas de pequeno porte, unilocalizadas e que são pouco diversificadas, dedicadas sobretudo à produção de bens de consumo não-duráveis e intermediários.

Esse quadro sugere múltiplas possibilidades de intervenção para uma instituição de educação profissionalizante e que podem contemplar desde a modernização das atividades extrativista e agropecuária, preservando-se o meio ambiente e estimulando as políticas de desenvolvimento auto-sustentado, até o fomento a algumas atividades industriais e mesmo o desenvolvimento de alguns dos segmentos do setor de serviços.

O exame dos dados relativos à evolução das ocupações e do emprego, segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), correspondentes ao período compreendido entre 1992 e 1999, podem constituir um indicador importante para que as instituições de educação profissionalizante definam suas prioridades; ao serem analisados, os dados apontaram que as maiores taxas de crescimento do emprego ocorreram na indústria da construção e nos serviços sociais; já os maiores contingentes de trabalhadores empregados foram ser encontrados nos serviços sociais e no comércio de mercadorias.

Quando analisados os dados primários que resultaram diretamente da visita dos pesquisadores da Paer às empresas industriais e de prestação de serviços do Estado do Acre, detectou-se a importância atribuída pelos empregadores a uma série de quesitos que interessam diretamente a todos aqueles que planejam e ofertam educação profissionalizante.

Com relação à distribuição dos assalariados nas unidades locais pesquisadas no Estado do Acre, entre aqueles que são diretamente ligados à produção e aqueles que não são diretamente ligados à produção (pessoal administrativo e outras atividades de suporte), constatou-se que a maior parte dos trabalhadores – 74,8% dos industriários e 72,0% daqueles alocados no setor de serviços – são vinculados à atividade principal nas unidades nas quais estão engajados.

O que se constata é que, excluídos os trabalhadores não-assalariados, que constituem uma pequena fração do total do pessoal ocupado (3,3% nas indústrias e 3,0% na prestação de serviços), uma parcela ainda relativamente elevada dos trabalhadores (21,9% dos contratados pelas indústrias e 25,0% dos engajados nos serviços) presta as mais diferentes formas de apoio administrativo à atividade principal das unidades pesquisadas.

Assim, é relevante que as instituições de educação profissionalizante, ao definirem as áreas profissionais para as quais vão planejar e desenvolver cursos, incluam também a de gestão, uma vez que os egressos de tais cursos poderão vir a se engajar profissionalmente na prestação de apoio administrativo às empresas de qualquer um dos setores da economia, bem como nos órgãos da administração pública.

Na área de recursos humanos, foram pesquisados vários indicadores específicos e que são importantes no planejamento e na oferta de educação profissionalizante.

Um deles, que diz respeito ao nível de escolaridade exigido pelas empresas para a contratação de seus funcionários, é essencial para se desenhar os currículos de educação profissional, que deverão estar assentados sobre as competências desenvolvidas na educação básica, seja no ensino fundamental, seja no ensino médio.

Ao se examinarem os níveis de escolaridade exigidos para contratação, dividindo-se os postos de trabalho entre os ligados à atividade principal e os administrativos, constata-se, no Estado do Acre, que as exigências de escolaridade para os candidatos às vagas na área administrativa, na categoria de qualificação básica, são sensivelmente superiores às exigidas dos candidatos ligados à atividade principal, na categoria de qualificação ocupacional de qualificados; no Estado do Acre, a maior parte das empresas pesquisadas, 64,7% das industriais e 75,9% das de prestação de serviços, exigem dos candidatos a emprego na área administrativa o ensino médio concluído, ao passo que dos candidatos a emprego qualificados ligados à atividade principal, a maioria delas,

45,5% no caso das industriais, exige, apenas o ensino fundamental completo. No caso específico das empresas de prestação de serviços, as exigências são igualmente elevadas também para o pessoal qualificado ligado à atividade principal na medida em que a maior parte delas, 64,7%, tem a expectativa de que tais trabalhadores possuam também o ensino médio completo.

Tal fenômeno se explica pela percepção que o próprio mercado de trabalho tem de que as competências profissionais relacionadas às atividades de apoio administrativo estão estreitamente relacionadas aos objetivos da educação básica, particularmente do ensino médio, que, não por acaso, é justamente o nível de escolaridade mais exigido dos candidatos a emprego da categoria de qualificação ocupacional administrativo básico. Reiterando-se o que foi dito anteriormente sobre a participação dos trabalhadores não-ligados à atividade principal no total do pessoal ocupado nas unidades pesquisadas no Estado do Acre, sugere-se que, ao serem programadas as ações de educação profissionalizante para qualificar os trabalhadores que prestarão apoio administrativo, sejam ponderados criteriosamente os pré-requisitos de escolaridade definidos para os programas a serem ofertados, de maneira a adequá-los também aos pré-requisitos praticados pelo mercado de trabalho.

Outra variável investigada pela Paer diz respeito às exigências feitas pelos empregadores com relação a cursos profissionalizantes, no momento da contratação de novos funcionários. Também aqui as exigências por cursos profissionalizante variam conforme a categoria de qualificação profissionalizante examinada.

Para qualquer um dos dois setores examinados, entre os trabalhadores semiqualeificados e qualificados ligados à atividade principal, são privilegiados os cursos profissionalizantes de nível básico.

Os cursos de curta duração (cursos livres) revelaram-se bastante valorizados como uma complementação à formação dos técnicos de nível médio e superior ligados à atividade principal.

Cabe destacar que, no que diz respeito à habilitação técnica de nível médio como exigência de curso profissionalizante, a maior parte das empresas mostrou coerência em suas respostas, na medida em que associou-a com a categoria de qualificação profissionalizante de técnicos de nível médio; o mesmo fenômeno pode ser observado também no estudo das exigências de cursos profissionalizantes para os trabalhadores que dão apoio administrativo às empresas.

Entre os trabalhadores de apoio administrativo, em todas as categorias de qualificação profissional examinadas a preferência recai sobre os cursos profissionalizantes de curta duração (cursos livres).

Essa preferência dos empregadores pelos cursos profissionalizantes de curta duração (cursos livres) para seu pessoal não-ligado à atividade principal sugere que as instituições de educação profissionalizante poderiam oferecer, na modalidade de nível básico, ensino profissionalizante com as características dos cursos livres de curta duração, que parecem estar em maior sintonia com as expectativas dos empregadores. Esse pode ser um indicador precioso para que as instituições de educação profissional pensem em diversificar sua oferta de ensino profissionalizante no que diz respeito não apenas a seus títulos, mas também às suas modalidades incorporando aos cursos de educação profissional de nível básico – que podem vir a oferecer a qualquer momento, sem quaisquer tipos de restrições impostas pelos órgãos normativos – os elementos que podem ser encontrados em alguns cursos profissionalizantes livres, ministrados por instituições idôneas.

A Paer investigou ainda a importância, na perspectiva dos empregadores, da participação de algumas rotinas de trabalho desenvolvidas pela maior parte dos empregados das várias categorias de qualificação ocupacional, tanto as ligadas à atividade principal quanto aquelas relacionadas ao apoio administrativo, quer na indústria, quer na prestação de serviços. Em seguida, solicitou-se que os empregadores se posicionassem com relação às mesmas atividades, agora entendidas como carências e que, na sua avaliação, comprometem o

desempenho profissional da maior parte de seus empregados. As eventuais discrepâncias observadas envolvendo o cotejamento das rotinas com as respectivas carências podem sugerir o esforço de qualificação profissionalizante a ser despendido para que o desempenho dos trabalhadores se aproxime mais das expectativas dos empregadores.

O uso de microcomputadores, como se supunha, revelou-se uma rotina disseminada nos dois setores econômicos examinados, sobretudo entre as categorias de qualificação ocupacional mais elevadas. Destaca-se que a participação dessa rotina é mais freqüente entre os trabalhadores não-ligados à atividade principal do que entre seus colegas diretamente relacionados à atividade principal, tanto na indústria, quanto na prestação de serviços. Seu uso foi considerado também uma rotina importante entre a maior parte dos técnicos de nível médio, apresentando até alguma expressividade entre os trabalhadores qualificados, no caso do setor de serviços. Há que se registrar, contudo, que essa rotina está mais presente dentre o pessoal ligado à atividade principal do setor de serviços do que dentre seus correspondentes da indústria.

Esses dados apontam para a necessidade de se incluir a informática como componente curricular de todas as modalidades de educação profissionalizante e não apenas nos cursos de habilitação profissionalizante. É preciso também incluí-la nos cursos de qualificação profissionalizante e até naqueles de educação profissionalizante de nível básico. Finalmente, deve-se dar especial importância à participação desse componente nos currículos de ensino profissionalizante voltados à formação dos trabalhadores que oferecem suporte administrativo à atividade principal, pois foi justamente nesse grupo que essa rotina se revelou mais relevante.

A rotina que envolve o uso de língua estrangeira revelou-se pouco importante, tendo alguma expressão no setor de serviços apenas na categoria de qualificação ocupacional que contém os profissionais de nível superior, tanto do pessoal ligado à atividade principal, quanto do pessoal administrativo.

Da mesma forma, a carência de noções básicas de língua estrangeira foi percebida pelos empregadores como relativamente pouco importante, embora sua incidência tenha sido maior nas categorias de qualificação ocupacional mais elevadas, sendo maiores no setor de serviços do que na indústria.

Os dados relativos às rotinas de trabalho que envolvem conhecimento técnico atualizado, quando cotejados com as informações sobre carência de conhecimentos específicos da ocupação, tanto para a indústria quanto para a prestação de serviços, para o pessoal ligado e para o não-ligado à atividade principal, apontam para indicadores importantes.

Afinal, se parece natural que as rotinas que envolvem conhecimentos técnicos atualizados sejam tanto mais importantes quanto maior for a categoria de qualificação ocupacional examinada, sobretudo dentre os técnicos de nível médio e o pessoal de nível superior, o exame de sua contrapartida em termos de carência, expressa pela falta de conhecimentos específicos da ocupação, evidencia um descompasso entre as expectativas que os empregadores têm da força de trabalho e as reais condições que esses mesmos trabalhadores mostram para atender a tais expectativas, em todas as categorias de qualificação ocupacional, mesmo nas mais elevadas.

Tal desajustamento indica, no caso dos trabalhadores que passaram por algum tipo de qualificação profissionalizante, sobretudo daqueles das categorias de qualificação ocupacional inferiores, mas não apenas eles, que pelo menos parte das ações de educação profissionalizante oferecidas não atendeu integralmente às necessidades dos empregadores, o que merece consideração por parte das instituições de ensino profissionalizante, que devem procurar adequar melhor sua oferta programática e o currículo de seus cursos às expectativas do setor produtivo.

O emprego de técnicas de qualidade – percebidas no Estado do Acre como rotinas de trabalho relativamente disseminadas e que são mais freqüentes quanto mais elevada for a categoria de qualificação ocupacional – encontra-se distribuído pelas várias categorias de qualificação ocupacional, tanto naquelas ligadas à

atividade principal, como nas relacionadas ao apoio administrativo, dos dois setores econômicos estudados.

Além de procurar integrar esse objetivo à sua proposta pedagógica, as instituições de educação profissionalizante devem cuidar da questão concreta que envolve a incorporação de novos valores e práticas das forças produtivas aos seus programas, como é o caso da qualidade. Trata-se, assim, de dar à qualidade o tratamento de componente curricular essencial, de forma a assegurar sua presença no perfil profissionalizante dos egressos de todos os cursos oferecidos. É importante ressaltar que o conceito de qualidade, embora tenha sido gestado na cultura do ambiente industrial, vem sendo cada vez mais utilizado em outras atividades econômicas, como é o caso dos serviços, o que justifica sua introdução em todos os programas de educação profissionalizantes, quaisquer que sejam as áreas profissionais e as modalidades contempladas.

Há ainda um grupo de rotinas cuja freqüência é bastante expressiva nos dois setores da economia estudados, tanto para os trabalhadores ligados quanto para os não-ligados à atividade principal e cuja presença é tanto maior quanto mais elevada for a categoria de qualificação ocupacional examinada: redação e uso de matemática básica. As carências referentes a essas rotinas deveriam ser, supostamente, supridas pela educação básica, tanto no ensino fundamental como no médio.

A importância atribuída a essas duas rotinas – quando relacionadas à incidência relativamente elevada de suas respectivas carências, sobretudo nas categorias de qualificação ocupacional mais baixas, mas não apenas nelas – aponta para deficiências na educação básica, sobretudo no ensino fundamental, que comprometem o desempenho dos trabalhadores, prejudicando inclusive sua capacidade de desenvolver novas habilidades e funções. Tais carências poderiam ser eventualmente sanadas com programas instrumentais, centrados na solução dos problemas profissionais mais freqüentes.

Há ainda um outro grupo de três rotinas de trabalho (expressão e comunicação verbais, contato com clientes e trabalho em equipe) que, embora estejam

presentes em todas as categorias de qualificação ocupacional, para os trabalhadores ligados e os não-ligados à atividade principal, dos dois setores econômicos examinados, foram mais freqüentes nas categorias mais elevadas e caracterizam um conjunto de competências atitudinais imprescindíveis ao bom desempenho profissionalizante que se espera dos trabalhadores nos dias de hoje.

Sabe-se que, no caso específico dos trabalhadores investidos de funções de supervisão, são particularmente importantes as competências relacionadas à expressão e comunicação verbais e ao trabalho em equipe.

Como seria de se esperar, a rotina que diz respeito ao contato com clientes, quando examinada para o setor de serviços, no caso específico do pessoal ligado à atividade principal, revela-se bem mais expressiva do que quando examinada para seus colegas do setor industrial.

Tal ocorrência é natural, uma vez que uma das características do setor de serviços é justamente a de colocar face a face o profissionalizante prestador de serviços com seu cliente. Assim mesmo, não se deve minimizar sua importância para os demais setores econômicos, pois parece estar crescendo a importância do conceito de cliente interno nas relações intra-institucionais, quaisquer que sejam as organizações, privadas ou até públicas.

Assim, as instituições de educação profissionalizante devem zelar para que essa competência e as outras duas (expressão e comunicação verbais e, sobretudo, trabalho em equipe) sejam desenvolvidas no âmbito de todos os programas oferecidos, e até numa perspectiva instrumental, ou seja, aplicadas a situações concretas de trabalho.

No caso particular das duas últimas competências citadas, seu desenvolvimento deve ser assegurado, ao longo de todo o tempo de duração dos programas, a partir de estratégias de ensino que estimulem e valorizem, como métodos de aprendizagem, o uso da linguagem oral e do trabalho em grupo.

Outra variável investigada, ainda na área dos recursos humanos, diz respeito aos instrumentos empregados pelas empresas na seleção dos candidatos às vagas disponíveis.

Constatou-se, nos dois setores estudados, tanto para o pessoal ligado como para o não-ligado à atividade principal, a importância relativamente maior dos seguintes instrumentos de seleção: entrevista com o contratante, análise de currículo, testes de conhecimentos práticos e recomendações/indicações.

Com relação aos currículos, o empregador deseja apreender, no fundo, em que medida sua análise permite avaliar a compatibilidade da experiência profissionalizante do candidato com o perfil do cargo que ele pretende ocupar.

Essa exigência, que constitui uma barreira quase intransponível para que os jovens sem experiência profissionalizante, mesmo quando qualificados, obtenham seu primeiro emprego, aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissionalizante introduzam em seus currículos estratégias de ensino-aprendizagem que sejam percebidas pelos empresários como equivalentes a uma experiência profissionalizante efetiva. Essa providência, além de aprimorar a formação prática dos alunos, contribui para melhorar a sua posição na disputa por uma vaga no mercado de trabalho.

Deve-se destacar, ainda, a precedência dos testes de conhecimentos práticos sobre os teóricos, nos dois setores analisados, tanto para o pessoal ligado quanto para o não-ligado à atividade principal, em praticamente todas as categorias de qualificação profissionalizante. É importante assinalar que, contrariamente ao que poderia se supor, os testes práticos são privilegiados em relação aos teóricos, até mesmo nas categorias de qualificação ocupacional mais elevadas. Esse fenômeno parece revelar que os empregadores, sem desprezar a dimensão teórica de determinado saber profissionalizante, estão interessados em avaliar, em última instância, em que medida os conhecimentos teóricos são apropriados pelos candidatos numa perspectiva que privilegie a prática profissionalizante, qualquer que seja ela.

Por fim, a importância atribuída à entrevista como instrumento de seleção, em todas as categorias de qualificação ocupacional dos dois setores econômicos estudados, aponta para a necessidade de que as instituições de educação profissionalizante incorporem a seus currículos atividades especificamente

voltadas ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos adequados às situações de entrevista, de forma a melhorar as condições de absorção dos egressos de seus cursos pelo mercado de trabalho, sobretudo dos jovens sem experiência profissionalizante.

A Paer investigou, ainda, no Estado do Acre, a natureza das relações das empresas com as instituições de educação profissionalizante. Dentre as várias modalidades de relacionamento sugeridas (recrutamento de egressos das escolas, contratação de serviços especializados das escolas, acolhimento de alunos em estágios, oferta de estágios nas empresas aos professores das escolas, participação dos professores em projetos das empresas, desenvolvimento de treinamento de funcionários das empresas nas escolas, participação das empresas na definição dos currículos das escolas, cessão de equipamentos e insumos para uso das escolas e prestação de auxílio financeiro a elas), destacaram-se apenas aquelas consideradas mais tradicionais, ou seja, as empresas cedendo suas instalações como campo de estágio para os alunos das escolas e recrutando profissionais dentre os egressos dos cursos oferecidos pelas escolas profissionalizante. Especificamente com relação ao treinamento de funcionários nas escolas, as instituições do sistema S e do Sebrae se destacaram nessa modalidade de articulação com as empresas.

A baixa participação das demais modalidades de relacionamento entre as instituições de educação profissionalizante e o setor produtivo e o grande número de respostas que indicam que as empresas simplesmente não têm relacionamento com as escolas profissionalizantes parecem apontar para a necessidade de que as duas partes envolvidas incrementem seus vínculos, tornando assim mais efetivos os esforços de qualificação profissional.

Finalmente, a Paer investigou o perfil do pessoal ocupado, por sexo, na indústria e na prestação de serviços do Estado do Acre.

De uma forma geral, pode-se dizer que o pessoal ocupado assalariado nas unidades locais pesquisadas é majoritariamente do sexo masculino.

Contudo, constata-se que a participação das mulheres na força de trabalho engajada na prestação de serviços é ligeiramente maior do que a de suas colegas da indústria.

Quando se desagrega o pessoal ocupado assalariado, segundo os trabalhadores ligados e os não-ligados à atividade principal, para os dois setores econômicos examinados, constata-se novamente a supremacia dos trabalhadores em detrimento das trabalhadoras.

Pela análise das dinâmicas agropecuárias e extrativistas do Acre é possível concluir que a baixa utilização de tecnologia em praticamente todos os principais sistemas de produção agropecuários, agroflorestais ou extrativistas demonstra um grande potencial de ganhos econômicos pela disseminação de informações técnicas entre a maioria dos produtores.

Uma das condições para a efetivação desse potencial é a consolidação da rede básica de educação no meio rural, o que já vem sendo feito com os esforços do governo estadual para qualificar 1.850 professores, por meio de convênio com a Universidade Federal do Acre (Ufac), e de investimentos na construção de escolas rurais.

O Programa Escola Nova para as Comunidades Rurais pretende, durante o ano 2000, reformar, ampliar e reconstruir 259 escolas rurais que não têm salas de aula adequadas, cantinas, banheiros e água potável para funcionarem. Serão investidos, com recurso próprio, R\$ 920 mil para assegurar um padrão mínimo de funcionamento de todos os estabelecimentos de ensino existentes no Acre.

O modelo acreano de educação profissional para o meio rural deve partir da recente experiência histórica das populações rurais, combinando conhecimento científico e saber tradicional. Apesar da crise do extrativismo e das grandes transformações provocadas pela expansão da fronteira agropecuária, particularmente a pecuarização, as populações rurais do Estado têm conseguido desenhar novas perspectivas de sustentabilidade econômica, social e ambiental, mobilizando o poder público, a comunidade científica e os movimentos ambientalistas.

A experiência dos sistemas agro-florestais demonstra a possibilidade de obtenção de resultados econômicos com exploração sustentável de recursos florestais não madeiráveis e da inclusão produtiva das populações rurais, avançando o caminho aberto pela proposta das reservas extrativistas.

A combinação do artesanato tradicional com alta tecnologia e conceitos atuais do *design* tem permitido recuperar o conhecimento artesanal não mais como voltado apenas à produção de objetos “típicos” decorativos, mas reconstruindo a unidade entre utilidade e estética, presente no saber tradicional, na produção de objetos estéticos úteis e de elevado valor agregado, voltados para nichos de mercado de alta renda como exemplificado pela experiência do couro vegetal.

Outra importante possibilidade de integração econômica das populações rurais é a exploração do ecoturismo e da pesca esportiva e turística, especialmente na região do Tarauacá, podendo o Estado do Acre vir a ser área de destino de turistas estrangeiros dado o grande fascínio pela Amazônia brasileira, desde que sejam realizados investimentos em infra-estrutura e qualificação de mão-de-obra.

Essas novas perspectivas apontam para uma nova e maior relevância do conhecimento científico e tecnológico como fator de avanço econômico, mas agora a partir de um paradigma diferente daquele da Revolução Verde, um paradigma baseado no respeito à cultura e ao conhecimento das populações tradicionais sobre as formas de manejo sustentável do ecossistema, sintetizado no conceito de neo-extrativismo.

Esse novo paradigma envolve nova produção científica e tecnológica relevante, bem como sua difusão e tradução em projetos econômico-produtivos, sendo essa inclusive uma condição para a superação dos obstáculos existentes para a consolidação das experiências bem-sucedidas como alternativas econômicas reais.

Essas tendências recentes poderiam ser resumidas na idéia de ilhas tecnológicas, trabalhando com tecnologias sustentáveis e fazendo amplo uso tanto da produção mais recente da ciência como do conhecimento das populações tradicionais na produção/transformação de produtos florestais não- madeiráveis e

de elevado valor agregado, em comparação com os produtos convencionais, e voltados a nichos de mercado.

Alguns obstáculos, no entanto, deverão ser superados. A carência geral de mão-de-obra qualificada de nível superior para suprir as necessidades do Estado na efetivação do potencial do neo-extratativismo e a dificuldade de internalizar no Estado do Acre de forma permanente parte do conhecimento de técnicos e cientistas a serviço de projetos temporários deverão ser objeto de uma estratégia específica, para a qual contribuem as experiências existentes que obtiveram êxito, mas não dispensam o papel do poder público nesse processo.

Não basta, no entanto, como citado acima, apenas a internalização e a perenização do esforço de produção científico-tecnológico voltado para a sustentabilidade; é preciso difundir esse conhecimento e incorporá-lo nas práticas produtivas. O Projeto Escola da Floresta, por exemplo, visa exatamente a esses objetivos e está sendo implantado pelo governo estadual, buscando a formação de técnicos e produtores dentro do paradigma neo-extrativista.

A educação profissional, portanto, pode vir a desempenhar um papel decisivo na consolidação do neo-extratativismo como estratégia econômica principal do setor primário acreano.